III Encontro da ANPPAS
23 a 26 de maio de 2006-03-06
Brasília-DF

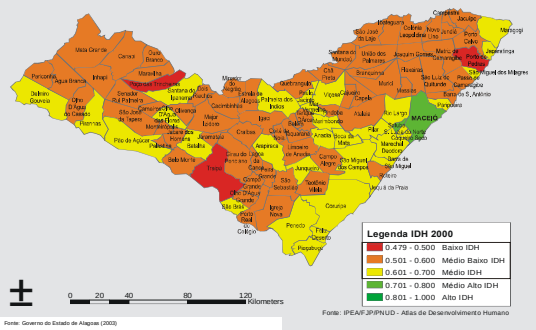
Universidade de Brasília (UnB)
Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS)

Território, Saberes Locais e Sustentabilidade: A Busca do Desenvolvimento via Arranjos Produtivos Locais

O presente trabalho enfoca o território como espaço privilegiado de execução de políticas ativas de promoção do desenvolvimento sustentável e a importância da valorização dos saberes locais (conhecimentos tácitos) nessas políticas. Apresenta a abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APL's) como estratégia de desenvolvimento territorial e o caso do Estado de Alagoas, que evidencia a atuação governamental na indução do desenvolvimento territorial sustentável.

O Índice de Desenvolvimento Humano do estado de Alagoas evoluiu positivamente de 0,263 em 1970, para 0,633 em 2000 (saindo do grupo de regiões com baixo desenvolvimento humano para o grupo de regiões com médio desenvolvimento humano), mas apesar deste progresso, o IDH de Alagoas é o de menor valor para as Unidades da Federação em 2000. Existem municípios no estado com IDH abaixo de 0,5, conforme evidencia a figura. A intenção do Governo do Estado de melhorar os seus indicadores econômicos e sociais mobilizou-o a elaborar um programa com vistas ao incremento da ocupação e da renda. Desse modo, foi criado, em 2003, o programa "Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais de Alagoas (PAPL)", proposto e implementado conjuntamente pelo Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas em Alagoas (Sebrae/AL) e Governo do Estado de Alagoas.

Figura: Alagoas. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2000.



A seleção dos APL's a serem apoiados pelo programa foi iniciada por um mapeamento dos aglomerados produtivos do estado com capacidade de se tornarem arranjos. Posteriormente foi feita a seleção dos aglomerados a serem apoiados, cujo critério de seleção constou da construção de uma matriz de indicadores e do cruzamento destes. Os critérios utilizados para a escolha dos APLs foram – além das potencialidades naturais – os índices de pobreza e desigualdade social; de renda e PIB per capta; de saúde e educação; de desenvolvimento econômico e condições político-institucionais de cada região.O resultado desses critérios está expresso na identificação de 27 (vinte e sete) aglomerados produtivos, os quais envolvem um número variado de municípios. Tendo em vista a impossibilidade do Programa contemplar todos os aglomerados mapeados e a falta de capacidade de todos se tornarem arranjos, a terceira etapa consistiu em selecionar os aglomerados a serem apoiados. Finalmente foram selecionados 10 (dez) aglomerados produtivos, conforme mostra a tabela abaixo. Os arranjos selecionados abrangem todas as regiões do estado, envolvendo 60% dos municípios e mais de 27 mil produtores, empresários e empreendedores de micro e pequeno porte na capital e no interior, e tem como meta aumentar a atração de capital e o dinamismo empresarial no estado, fortalecendo a interação e cooperação entre produtores e empreendedores locais.

Valoriza-se a cooperação, o aprendizado coletivo, os saberes locais (conhecimento tácito) e a capacidade inovativa das empresas e instituições locais. Esses elementos são funções interdependentes para o aumento da competitividade, fortalecendo os mecanismos de governança.

Desse modo, os princípios são coerentes com a idéias de sustentabilidade (geração de riqueza com equidade social e preocupação em promover atividades o mínimo de impactos ambientais), bem com as possibilidades de romper o ciclo vicioso da fragilidade dos sistemas produtivos em pequena escala (MPEs) são plausíveis. Além disso, o envolvimento dos atores promotores é um aspecto positivo.

No entanto, é preciso que algumas condições sejam satisfeitas, entre elas: envolvimento ativo e criativo do publico alvo (*ownership*); sustentabilidade (perenidade) do programa; empoderamento dos atores locais, mediante salvaguardas para que o programa não se torne vetor de paternalismo; atenção para que haja um processo sistemático de capacitação, que permita flexibilidade nos processos produtivos; e adaptabilidade em tempo real às mudanças ditadas pelo mercado;

Finalmente, é preciso frisar o imperativo de que: deve-se dar tempo ao tempo (ainda é cedo para afirmar o sucesso); e deve-se assegurar mecanismos constantes de acompanhamento e avaliação, para poder corrigir rumos em tempo.

Referências Bibliográficas:

GOVERNO do Estado de Alagoas - Secretaria Executiva do Planejamento e Orçamento do Estado de Alagoas, SEPLAN/AL; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas, SEBRAE/AL. (2003). *Programa de Promoção e Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais do Estado de Alagoas PAPL/AL: Seleção Dos Arranjos Prioritários*. Maceió.

GUIMARÃES,R.P(2001). A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, SILVA & DINIZ. *O Desafio da Sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, pp.43-71.

Juliana Dalboni Rocha
Universidade de Brasília, Distrito Federal
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável
Contato: dalboni@unb.br

Marcel Bursztyn
Universidade de Brasília, Distrito Federal
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Doutor em Economia; Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social; Contato: marcel@unb.br